

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos

Arthur Emanuel Leal Abreu

**O USO DE SÉRIES TELEVISIVAS COMO OBJETO DE APRENDIZAGEM NO
CURSO SUPERIOR DE DIREITO**

Belo Horizonte

2018

Arthur Emanuel Leal Abreu

**O USO DE SÉRIES TELEVISIVAS COMO OBJETO DE APRENDIZAGEM NO
CURSO SUPERIOR DE DIREITO**

Monografia de especialização apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG), como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Linguagem, Tecnologia e Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Corrêa Gomes Junior.

Belo Horizonte

2018

A162u Abreu, Arthur Emanuel Leal.
O uso de séries televisivas como objeto de aprendizagem no curso superior de direito [recurso eletrônico] / Arthur Emanuel Leal Abreu. – 2018.
1 recurso online (46 f.) : pdf.

Orientador: Ronaldo Corrêa Gomes Júnior.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Linguagem, Tecnologia e Ensino da Faculdade de Letras da UFMG.
Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Referências: f. 28-30.

Apêndices: f. 31-46

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Aprendizagem (Estratégias). 2. Televisão na educação. 3. Televisão – Seriado 4. Letramento. 5. Ensino jurídico. I. Gomes Júnior, Ronaldo Corrêa. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 371.3358



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Curso de Especialização em Linguagem, Tecnologia e Ensino

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Nome do aluno: Arthur Emanuel Leal Abreu

Às 9:00 horas do dia 21 de janeiro de 2019, reuniu-se na Faculdade de Letras da UFMG a Comissão Examinadora indicada pela coordenação do Curso de Especialização em Linguagem, Tecnologia e Ensino para julgar, em exame final, o trabalho intitulado O Uso de Séries Televisivas como Objeto de Aprendizagem no Curso Superior de Direito, requisito final para obtenção do Grau de Especialista em Linguagem, Tecnologia e Ensino. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Ricardo Augusto de Souza, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a argüição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Ricardo Augusto de Souza indicou a aprovação do candidato;

Prof. Vicente Aguiar Parreiras indicou a aprovação do candidato;

Pelas indicações, o candidato foi considerado aprovado.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2019.

Ricardo Augusto de Souza
Vicente Aguiar Parreiras - Presidente

Resumo

Este trabalho é um projeto de ensino com a aplicação de recursos digitais, destinado a estudantes do curso de Direito. Propõe a utilização de episódios de uma série de televisão como objeto de aprendizagem. Tem como fundamentação teórica a pedagogia dos multiletramentos, os objetos de aprendizagem e a pedagogia de projetos. Os recursos digitais utilizados são episódios de séries de televisão, disponíveis em plataformas de streaming, uma ferramenta de criação de revista digital e um site de redes sociais, utilizado como ambiente virtual de aprendizagem. O objetivo geral é promover discussões acerca de temas atuais e relevantes para o estudante do curso de Direito, a partir de episódios de uma série de televisão com temática jurídica. Os objetivos específicos são desenvolver habilidades de letramento digital nos alunos, estimular a produção científica, incentivar a autonomia e o protagonismo do estudante no processo de ensino-aprendizagem de Direito e fomentar a extensão universitária. Este trabalho apresenta uma proposta de realização da atividade, na forma de disciplina eletiva do curso de Direito, bem como uma proposta de avaliação dos estudantes e dos produtos finais elaborados por eles. Durante o projeto, o site de rede social deve ser utilizado como ambiente virtual de aprendizagem, por meio de publicações escritas pelos alunos, discutindo os conteúdos. Como resultado do projeto de ensino, espera-se obter dois produtos finais: um voltado à comunidade científica da área do Direito e o outro dirigido à sociedade. Quanto ao primeiro, são exemplos de produtos admissíveis: um artigo científico, um ensaio, um artigo de opinião ou até um projeto de monografia do curso. Já o segundo deve ser uma revista digital, composta por resenhas dos episódios analisados, redigidas pelos alunos, com linguagem acessível para o público externo. Nesses textos, os alunos devem explorar a multimodalidade e a interatividade. Em todo caso, os produtos finais desenvolvidos devem ter relevância para o estudante, assegurando seu protagonismo, além de, necessariamente, incorporar tecnologias digitais como meio para uma aprendizagem significativa.

Palavras-chave: séries de televisão; educação jurídica; ensino jurídico; multiletramentos; objetos de aprendizagem.

Abstract

This work is a teaching project with the application of digital resources, for Law students. It proposes the use of episodes from a TV series as learning objects. It has as theoretical basis the pedagogy of multiliteracies, learning objects and the pedagogy of projects. The digital resources used are episodes of a TV series, available on streaming platforms, a digital magazine creation tool and a social network website, used as a virtual learning environment. The general objective is to promote discussions about current and relevant topics for the Law student, related to episodes of a legal TV show. The specific objectives are to develop digital literacy skills in students, stimulate scientific production, encourage students' autonomy and protagonism in the learning process and promote university extension. This work presents a proposal for the activity, in the form of an elective class in the Law course, as well as a proposal for evaluating students and the final products created by them. During the project, the social network website should be used as a virtual learning environment, through publications written by students, discussing the proposed subjects. As a result of the teaching project, it is expected to obtain two final products: one aimed at the scientific community in the area of Law, and the other aimed at society. As for the first, examples of admissible products are: a scientific article, an essay, an opinion article or even a final degree project. The second, on the other hand, must be a digital magazine, composed of reviews of the episodes, written by the students, with language accessible to the external public. In these texts, students should explore multimodality and interactivity. In any case, the final products developed must be relevant to the student, ensuring their protagonist in the learning process, in addition to necessarily incorporating digital technologies as a means for meaningful learning.

Keywords: TV series; legal education; media literacy; multiliteracies; learning objects.

Sumário

INTRODUÇÃO	06
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	07
1.1 MULTILETRAMENTOS	07
1.2 OBJETOS DE APRENDIZAGEM	08
1.3 PEDAGOGIA DE PROJETOS	09
2 PÚBLICO-ALVO	12
3 OBJETIVOS	13
4 RECURSOS DIGITAIS	14
4.1 EPISÓDIOS DE SÉRIE DE TELEVISÃO	14
4.2 JOOMAG: CONFECÇÃO DE REVISTA DIGITAL	16
4.3 FACEBOOK COMO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	18
5 IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA	21
5.1 SELEÇÃO DO MATERIAL	21
5.2 ESTRUTURA DAS AULAS	21
5.3 PRODUTOS DA DISCIPLINA E AVALIAÇÃO	22
5.4 UTILIZAÇÃO DO AMBIENTE VIRTUAL	24
6 AVALIAÇÃO	25
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICES	31

INTRODUÇÃO

A educação jurídica no Brasil é marcada, tradicionalmente, por aulas expositivas, monopolizadas pelo professor, sujeito que, geralmente, exerce outra função jurídica fora do espaço acadêmico, o que contribui para reafirmar seu papel de detentor e transmissor do conhecimento. Essas aulas engessadas, herança do método coimbrão¹, não mais se sustentam no contexto atual, no qual os estudantes têm acesso a inúmeras fontes de conhecimento e são capazes de dialogar e discutir o conteúdo ensinado.

Além disso, é preciso levar em conta os impactos das inovações tecnológicas que surgiram nas últimas décadas. Além de ampliarem as possibilidades de investigação dos alunos, as tecnologias digitais também adentraram no espaço escolar, muitas vezes disputando com os docentes a atenção dos estudantes. Afinal, um pequeno dispositivo individual (seja um *notebook*, *smartphone* ou *tablet*) permite que o indivíduo, simultaneamente, se comunique com um sem-número de pessoas, acesse informações de variadas naturezas, assista a vídeos, jogue – isso tudo ao mesmo tempo que o professor conduz sua aula.

Dessa forma, faz-se necessário valer-se do potencial educacional das tecnologias digitais, integrando-as ao processo de ensino-aprendizagem. Contudo, é pertinente o alerta de Ghirardi (2015, p. 74): “a incorporação de novidades tecnológicas, por si só, não significa, necessariamente, inovação de perspectiva metodológica”. Ou seja, os recursos tecnológicos devem ingressar no ambiente escolar em consonância com uma proposta que eleve o aluno ao papel de protagonista do processo de aprendizagem, considerando-se sua realidade e suas necessidades.

Buscando conciliar as necessidades de mudança na educação jurídica, o aproveitamento do repertório dos estudantes de um curso superior de Direito e a incorporação de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, trazemos a seguinte proposta: **a utilização de episódios de uma série de televisão, disponíveis na *Netflix*, como objeto de aprendizagem junto a alunos do curso superior de Direito.**

¹ O "método coimbrão" corresponde ao estilo das aulas lecionadas na Universidade de Coimbra, caracterizado pela pretensa superioridade do professor, tido detentor do conhecimento, transmitido por meio de aulas meramente expositivas, sem oportunidade de participação do alunado. Esse estilo foi importado de Portugal para o Brasil, desde a criação dos primeiros cursos de Direito, no século XIX.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 MULTILETRAMENTOS

No esforço de propor a aplicação de novas estratégias pedagógicas nos cursos de Direito, apresenta-se a Pedagogia dos Multiletramentos, desenvolvida a partir de 1994, em decorrência das características do mundo globalizado: "a multiplicidade de canais de comunicação e mídias, e a crescente saliência da diversidade cultural e linguística" (GRUPO DE NOVA LONDRES, 1996, p. 63, tradução nossa²).

Em um sentido, os multiletramentos são uma resposta à multiplicidade de linguagens presentes nos textos em circulação, "que exigem capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para fazer significar" (ROJO, 2012, p. 19). Afinal, atualmente, o processo de significação torna-se mais complexo, pois "o textual também está relacionado ao visual, ao áudio, ao espacial, ao comportamental, e assim sucessivamente" (GRUPO DE NOVA LONDRES, 1996, p. 64, tradução nossa³).

No segundo sentido, os multiletramentos justificam-se pela multiplicidade de culturas. Nesse contexto, há uma valorização da cultura popular, superando a primazia do conhecimento essencialmente científico. Assim, conforme Roxane Rojo (2013):

[...] em primeiro lugar, a escola deveria partir do que a gente chama de repertório, [...] de mundo de vida do aluno, ou seja, da cultura local que esse aluno traz pra sala de aula que deve ser, não só valorizada, mas incorporada no tratamento do objetos de ensino.

Desse modo, é preciso incluir na educação o conhecimento prévio do aluno e o contexto social em que ele está inserido, ressignificando-os com o propósito de fomentar a construção do conhecimento. Isso não significa um abandono dos materiais de ensino tradicionais, mas sim uma incorporação de novos objetos, provenientes do repertório dos estudantes, em atenção à diversidade de culturas e de realidades por eles vivenciadas.

² No original: "[...] *the multiplicity of communication channels and media, and the increasing saliency of cultural and linguistic diversity*".

³ No original: "[...] *the textual is also related to the visual, the audio, the spatial, the behavioral, and so on*".

1.2 OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Neste projeto de ensino, propõe-se o uso de episódios de séries televisivas como objetos de aprendizagem. Apesar das múltiplas conceituações para a expressão, a definição dominante é apresentada por Wiley (2000, p. 7), que afirma que um objeto de aprendizagem (OA) é "qualquer recurso digital que possa ser reutilizado para sustentar a aprendizagem" (tradução nossa⁴). Exemplificando, "pode ser qualquer arquivo digital (texto, imagem ou vídeo), desde que usado para facilitar e promover a aprendizagem" (LEFFA, 2006, p. 20).

Nota-se que, além de servir à aprendizagem, o conceito restringe-se a recursos digitais, em razão de "algumas das características desses objetos, que não são encontradas fora da virtualidade. Um arquivo digital pode ser mais facilmente editado, adaptado e incorporado a outros arquivos digitais do que um livro, por exemplo" (LEFFA, 2006, p. 19).

Assim, para que seja possível a integração e reutilização desses diferentes objetos, todos devem ser digitais. Isso favorece, inclusive, uma cultura de reaproveitamento e personalização dos objetos de ensino. Portanto, as características dos objetos de aprendizagem são: granularidade, reusabilidade, interoperabilidade e recuperabilidade (LEFFA, 2006, p. 21).

A granularidade diz respeito à extensão e à adaptabilidade dos objetos, que devem ser pequenas unidades "que podem ser encaixadas umas nas outras, formando blocos maiores ou menores, conforme a necessidade dos usuários. O OA é, portanto, um módulo que pode se ajustar a outros de várias maneiras, formando um conjunto homogêneo e funcional" (LEFFA, 2006, p. 22). Nesse sentido, considera-se cada episódio da série televisiva como um objeto de aprendizagem, que pode se conectar aos outros, bem como ser utilizado pontualmente.

Por sua vez, a reusabilidade refere-se à possibilidade de reaproveitamento do material, seja individualmente ou por meio de novas combinações com outros objetos.

⁴ No original: "*any digital resource that can be reused to support learning*".

Destaca-se que os episódios de séries podem ser usados linearmente, seguindo a sequência lógica daquela obra, mas também podem ser selecionados e combinados com outros objetos, não relacionados àquela série especificamente, mas ligados ao tema que se propõe discutir em determinado projeto.

A interoperabilidade se refere ao adequado funcionamento em diferentes ambientes digitais. Conforme Leffa (2006, p. 25), "o OA mantém a mesma aparência externa de um ambiente digital para outro, mas mudando sua estrutura interna". No caso em análise, o que importa é que os episódios sejam reproduzidos da mesma maneira, independentemente do formato do arquivo ou do sistema operacional ou do programa em que estão sendo executados.

Por fim, a última característica exigida de um OA é a recuperabilidade, ou seja, "um OA deve também ser facilmente acessado, de forma que o usuário obtenha exatamente aquilo que deseja do modo mais rápido possível" (LEFFA, 2006, p. 26). Neste projeto, optou-se por trabalhar com uma série disponível no catálogo da Netflix, em razão da fácil recuperabilidade. Diante de eventual supressão da obra do catálogo, pode-se escolher outra série e desenvolver novo projeto, com a mesma estrutura, ou buscar os mesmos episódios em outras bases, o que é possível com as informações básicas (título do episódio e número do episódio e da temporada).

1.3 PEDAGOGIA DE PROJETOS

Por fim, ressalta-se que esta proposta orienta-se pela Pedagogia de Projetos, que visa à confecção de um produto final pelos estudantes. Conforme José Armando Valente (1999, p. 40):

[...] o conhecimento deve ser construído e contextualizado. Construído com base na realização concreta de uma ação que produz um produto palpável (um artigo, um objeto) e que seja de interesse pessoal de quem produz. Contextualizado tendo em vista a vinculação do produto à realidade da pessoa ou do local em que o produto vai ser produzido e utilizado.

De acordo com Barbosa, Moura e Barbosa (2004, p. 7-8), os pressupostos da Metodologia de Projetos incluem: a delimitação do número de participantes em cada

grupo de alunos; a determinação de prazos para a concretização do projeto; a liberdade, para os alunos, de escolha de temas para seus projetos; uma finalidade útil; o uso de múltiplos recursos; e a socialização dos resultados, em diversos níveis de comunicação.

De início, impõe-se registrar que o projeto do professor não corresponde ao(s) projeto(s) dos alunos. Afinal, estes devem ter autonomia e liberdade na definição e execução de seus projetos, sob orientação do docente. Dessa forma, "cabe ao professor elaborar projetos para viabilizar a criação de situações que propiciem aos alunos desenvolverem seus próprios projetos" (PRADO, 2003, p. 06).

O professor, portanto, deve assumir o papel de orientador/supervisor/mediador, que deve estar próximo dos alunos enquanto estes desenvolvem seus projetos, a fim de solucionar dúvidas, corrigir equívocos e, também, assegurar a viabilidade do projeto (em termos de recursos, prazos, resultados), bem como a adequação do projeto aos objetivos do curso/disciplina.

Também dentre as responsabilidades do professor encontra-se o domínio sobre as mídias e tecnologias. Assim, o professor deve "conhecer as especificidades e as implicações do uso pedagógico de cada mídia disponível no contexto da escola [...] para que o aluno possa integrá-las de forma significativa e adequada ao desenvolvimento do seu projeto" (PRADO, 2003, p. 09).

Ressalta-se a importância da escolha das mídias e ferramentas tecnológicas adequadas durante toda a execução do projeto: na busca de informações, na elaboração do produto final e, por fim, no momento de sua apresentação. O professor deve estar atento a esse aspecto, oferecendo sugestões aos alunos e supervisionando o uso que eles fazem das mídias e ferramentas.

Nesse contexto, alerta-se, ainda, para "a necessidade de que os projetos sejam desenvolvidos de modo a considerar a *[tecnologia]* como meio e não como um fim, buscando integrar as diversas formas de apresentação da informação com trabalhos que conduzam à aprendizagem significativa" (BARBOSA; MOURA; BARBOSA, 2004, p. 11).

Diante disso, é preciso considerar a adequação das tecnologias para se alcançarem os objetivos dos projetos. As escolhas dos recursos tecnológicos a serem utilizados devem servir aos fins do projeto, e não o contrário.

Outro aspecto fundamental diz respeito à interdisciplinaridade. Reafirma-se a ideia de que "o trabalho com projetos permite romper com as fronteiras disciplinares, favorecendo o estabelecimento de elos entre as diferentes áreas de conhecimento numa situação contextualizada da aprendizagem" (PRADO, 2003, p. 08). No entanto, chama-se a atenção para o fato de que isso não significa romper com as atividades disciplinares.

Ou seja, é possível articular mais de uma disciplina, sem abrir mão dos conceitos e teorias próprios de cada uma delas. Deve-se conciliar uma abordagem horizontal – integrando disciplinas – com um estudo vertical – aprofundando-se em determinados pontos de cada uma delas. Assim, no âmbito do Direito, os objetos de aprendizagem selecionados podem fomentar discussões perpassando as diversas disciplinas, integração esta que poderá se refletir nos projetos de cada grupo de alunos.

Dessa forma, o que se espera é que, a partir deste projeto de ensino, cada grupo de alunos desenvolva seus próprios projetos, articulando conhecimentos e disciplinas, construindo produtos finais significativos e contextualizados com suas vivências, utilizando adequadamente ferramentas tecnológicas pertinentes.

2 PÚBLICO-ALVO

A presente proposta destina-se a alunos do curso superior de Direito. Convém acrescentar que não se trata de uma disciplina regular ou obrigatória, mas de uma disciplina eletiva. Afinal, seu objetivo não é o estudo do conteúdo essencial do curso, mas sim promover discussões acerca de temáticas afins ao universo jurídico, a partir de episódios de uma série de televisão. Dessa forma, não se impõem pré-requisitos, podendo ser cursada por alunos matriculados em qualquer período do curso.

3 OBJETIVOS

A presente proposta tem como objetivo geral utilizar episódios de uma série de televisão, disponíveis na *Netflix*, como objeto de aprendizagem, por meio de discussões orientadas à elaboração de um produto final. Dessa forma, busca-se promover discussões acerca de temas atuais e relevantes para o estudante do curso de Direito. Nesse contexto, pretende-se desenvolver, junto aos alunos, habilidades de letramento digital: leitura de múltiplas fontes e produção de textos digitais.

No que tange a resultados esperados, objetiva-se:

- Estimular a produção científica, por meio da confecção de um produto final – artigo de opinião, ensaio, artigo de periódico ou trabalho de evento científico;
- Incentivar a autonomia e o protagonismo do aluno no processo de ensino-aprendizagem de Direito, permitindo-lhe escolher o tema e o formato de apresentação do produto final;
- Fomentar a extensão universitária, por meio da produção de uma revista eletrônica destinada à comunidade não-acadêmica, apontando as possíveis conexões entre uma série de televisão e o Direito.

4 RECURSOS DIGITAIS

4.1 EPISÓDIOS DE SÉRIE DE TELEVISÃO

Conforme mencionado anteriormente, esta proposta baseia-se na possibilidade de utilização de episódios de uma série de televisão, disponíveis na *Netflix*, como objeto de aprendizagem em um projeto de ensino. De acordo com Leffa (2006, p. 20), o conceito dominante de objeto de aprendizagem (OA) seria “qualquer coisa digital com objetivo educacional”.

Nesse sentido, um OA “pode ser qualquer arquivo digital (texto, imagem ou vídeo), desde que usado para facilitar e promover a aprendizagem” (LEFFA, 2006, p. 20). No caso em análise, pretende-se utilizar os vídeos dos episódios de uma série de televisão. Por se tratar de uma disciplina direcionada a estudantes do curso superior de Direito, optamos pela série *How To Get Away With Murder*, que retrata a atuação de estudantes de Direito e advogados.

Quanto à gestão do tempo, a duração média dos episódios – cerca de 40 minutos – é compatível com a duração total dos encontros – 1 hora e 40 minutos –, restando uma aula inteira para discussão dos temas de cada unidade. Além disso, cada temporada contém 15 episódios, sendo pontuada por uma grande reviravolta em torno do sétimo capítulo. Desse modo, cada semestre pode ter como objeto de estudo metade de uma temporada, reservando-se aulas suficientes para a realização de orientações individuais sobre os projetos dos alunos.

Outro fator que contribui para a escolha dessa série é a diversidade de temas explorados. Por se desenvolver nas aulas de Direito Penal em uma universidade norte-americana, é possível abordar tópicos desse ramo jurídico. Outros aspectos incidem sobre os personagens da série, permitindo discussões sobre as relações interpessoais na universidade; a saúde mental dos jovens; questões de gênero, raça e sexualidade, por exemplo. Ainda, é possível estabelecer relações de Direito Comparado (entre Brasil e Estados Unidos), haja vista as diferenças entre nossa teoria jurídica pátria e a norte-americana.

Ademais, a série selecionada encontra-se disponível na plataforma *Netflix*, que é:

[...] um serviço de transmissão *online* que permite aos clientes assistir a uma ampla variedade de séries, filmes e documentários premiados em milhares de aparelhos conectados à internet. Com a *Netflix*, você tem acesso ilimitado ao nosso conteúdo, sempre sem comerciais. Aqui você sempre encontra novidades. A cada mês, adicionamos novas séries e filmes (NETFLIX, 2017).

Dentre os benefícios da *Netflix*, sua característica com maior valor para os consumidores é a flexibilidade de acesso, o que lhes permite assistir ao conteúdo a qualquer hora e em qualquer lugar (AMARAL, 2016, p. 54). Dessa forma, o professor e os alunos podem assistir aos episódios a qualquer momento, sem recorrer a condutas antijurídicas, como o *download* ilegal do material. É certo que é necessário pagar pela assinatura do serviço e por eventual licença para exibição, mas esses custos são relativamente baixos.

De acordo com esta proposta, os episódios da série devem ser tidos como ponto de partida para as discussões, sendo estas o cerne da disciplina. Por conseguinte, tem-se como objetivo a produção acadêmica de textos científicos, com base nessas discussões. Nesse sentido, destaca-se, como precursor da produção científica do gênero, um artigo de Lawrence Friedman (1989) no qual se discutem as representações da Justiça e dos respectivos atores sociais no seriado televisivo estadunidense *L.A. Law*.

Por sua vez, Barbara Villez (2010) examina a evolução das séries de TV jurídicas, demonstrando seu papel na disseminação de informações e na criação de mitos acerca do sistema judicial norte-americano, além de comparar as representações televisivas da Justiça nos Estados Unidos da América e na França. Já Manuel A. Gómez (2015) escolhe como objeto de estudo o seriado *Breaking Bad*, para discutir a representação do Direito e da ordem social não oficiais nas mídias populares.

No Brasil, pode-se citar como exemplo de problematização científica acerca de séries televisivas o trabalho de Oliveira e Bastos (2016) sobre o estereótipo de donzela atribuído à personagem Sansa Stark, da série *Game of Thrones*. Para tanto, os autores analisaram os três primeiros episódios da primeira temporada do

programa, discutindo o “imaginário permeado de representações de submissão feminina, que condiciona as mulheres a um estigma de inferioridade, em que devem ser controladas e tuteladas”.

Dessa forma, resta evidente o potencial de produção acadêmica a partir de discussões sobre séries televisivas, permitindo que o estudante elabore textos científicos de diversas naturezas: ensaios, artigos de opinião, artigos de periódicos, trabalhos para apresentação em eventos científicos, dentre outros. Para a confecção desse produto final, basta o uso de ferramentas de pesquisa, como a plataforma da CAPES, o *Google Acadêmico* e o *Research Gate*, para a seleção de fontes, e de um editor de texto, como o *Microsoft Word*, para a redação do produto. No entanto, a fim de integrar outras ferramentas digitais a este projeto, propõe-se, também, a elaboração de uma revista eletrônica, voltada à comunidade não-acadêmica.

4.2 JOOMAG: CONFECÇÃO DE REVISTA DIGITAL

No âmbito do ensino superior de Direito, a produção de conteúdo consiste, normalmente, em textos técnico-científicos, como ensaios, monografias e artigos. De um lado, o acadêmico do Direito redige o texto. “O outro polo do discurso – Tu-destinatário – é bastante específico, porque este tipo de texto dirige-se precisamente a estudantes e estudiosos, em qualquer grau, do Direito” (ANDRADE, 2014, p. 75).

Esses textos, dotados de cientificidade e objetividade, acabam por se apresentar em uma estrutura rígida e tradicional, para a qual bastam as funcionalidades de um editor de textos padrão, como o *Microsoft Word*. No entanto, o profissional do Direito deve, também, comunicar-se com a comunidade não-acadêmica. Nesse caso, há mais liberdade criativa, de modo que se devem incorporar as tecnologias digitais e explorar a multimodalidade.

Neste projeto, propõe-se a confecção de uma revista eletrônica, voltada à comunidade leiga, buscando-se explicitar as relações entre os episódios da série televisiva e a vida cotidiana experimentada pelo cidadão comum. Convém lembrar que as séries, mesmo com temáticas jurídicas, possuem um público amplo, não

restrito aos operadores do Direito. Dessa forma, talvez seja até mais importante estabelecer contato com a comunidade não-acadêmica, a fim de evitar compreensões equivocadas decorrentes das representações do Direito nas séries.

Assim, optamos pela ferramenta *Joomag*, que permite a criação de publicações digitais personalizadas. O recurso é gratuito e conta com diversos modelos de revista, catálogo, folheto, portfólio, dentre outros, que podem ser editados pelos usuários, a fim de personalizar sua publicação. Além disso, o *site* da *Joomag* hospeda as publicações, permitindo a divulgação e o compartilhamento do material produzido. Cumpre acrescentar que a *Joomag* oferece a opção, também gratuita, de conta educacional, que permite que professor e alunos editem uma publicação de forma colaborativa.

Dessa forma, os alunos podem criar publicações digitais, reunindo os textos produzidos, incluindo recursos interativos e explorando a multimodalidade. Como resultado, tem-se um produto atraente para o público leigo. Neste projeto, espera-se que os alunos, divididos em grupos, elaborem resenhas dos episódios das séries, apontando conexões com a realidade, com o propósito de informar e esclarecer o público leigo. Outro objetivo é divulgar a própria disciplina eletiva para os demais alunos da instituição, com a expectativa de que venham a participar nos próximos semestres. Nesse contexto, os estudantes devem valer-se da multimodalidade e da liberdade concedida, produzindo o material de forma criativa.

No que tange a experiências anteriores com essa ferramenta, Machado (2016) relata o desenvolvimento de uma revista jornalística sobre viagens. Esse projeto envolveu uma análise de possíveis plataformas para diagramação e hospedagem do produto. Ao final, optou-se pela *Joomag*, em razão dos seguintes fatores: gratuidade; compatibilidade com diversos suportes; possibilidade de inclusão de conteúdos interativos, como vídeos e mapas (MACHADO, 2016, p. 68-69). De modo semelhante, Rabitsch (2014) relata a criação de um catálogo digital para uma editora espanhola de livros infantis. Nesse processo, também se escolheu a *Joomag*, em razão da vantagem da gratuidade (RABITSCH, 2014, p. 27).

Por seu turno, Amaral *et al* (2017) apresentam um projeto de inovação no ensino,

desenvolvido em três universidades, em Portugal e na Espanha, voltado para a elaboração de materiais de ensino para o curso de Farmácia. O foco do projeto era a virtualização ou digitalização dos conteúdos educacionais, processo que culminou com a criação de uma revista científica, hospedada numa página eletrônica. Para tanto, também foi utilizada a ferramenta *Joomag* (AMARAL *et al*, 2017, p. 4763).

4.3 FACEBOOK COMO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O *Facebook* é uma rede social, usada para conectar pessoas (“amigos”) e para compartilhar conteúdos – textos, fotos e vídeos. Também é possível participar de grupos no *Facebook*, que consistem em espaços de interação entre pessoas ligadas por algum elemento – um tema de interesse comum, um vínculo escolar ou de trabalho, uma localidade coabitada por alguns dos usuários, etc.

Nesse sentido, é possível utilizar o *Facebook* no processo de ensino-aprendizagem, reunindo professores e alunos de uma mesma instituição, curso, turma e/ou disciplina, dando origem a um ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Nesta proposta, escolhemos o Facebook como AVA em razão da simplicidade de uso e navegação, tendo em vista que muitos alunos (e professores) já são usuários dessa rede social, estando habituados a suas funcionalidades. Ademais, ao se optar pelo *Facebook*, dispensa-se a exigência de criação de uma nova conta e mantêm-se as atividades em um ambiente acessado frequentemente pelo público-alvo. Assim, há maior probabilidade de engajamento dos alunos.

Uma ferramenta de grande aplicabilidade no *Facebook* são os grupos. É comum que alunos de uma mesma instituição de ensino se reúnam em grupos na rede. Em verdade, geralmente, cada turma cria seu próprio grupo, para discutir assuntos que dizem respeito àquela coletividade e para compartilhar materiais e informações.

No que tange à presente proposta, é oportuno criar um grupo referente à disciplina idealizada. Afinal, como se trata de uma disciplina eletiva, cujos alunos encontram-se matriculados em diversas turmas, o grupo do *Facebook* serve até mesmo para conferir unidade e identidade à turma da eletiva. Desse modo, cabe ao professor

criar o grupo – ou delegar a tarefa a algum aluno.

Assim, basta escolher um nome para o grupo, incluir os membros (por meio de sua conta no *Facebook* ou por seu e-mail) e definir as configurações de privacidade, de modo que o grupo seja público, fechado ou secreto. Por se tratar de um grupo restrito – composto pelos professores e alunos da disciplina –, recomenda-se que o grupo seja fechado, de forma que outros usuários possam encontrá-lo e, assim, tomar conhecimento da proposta, mas sem a possibilidade de ingressar no grupo e ler os conteúdos compartilhados.

Uma vez criado o grupo, ele deve ser utilizado durante toda a disciplina, por meio do compartilhamento de textos científicos e notícias afetas ao tema em discussão, além de ser usado para promover interações entre os membros e o engajamento da turma. É possível, também, antecipar ou prolongar as discussões nesse espaço.

Note-se que as discussões presenciais, a partir dos episódios da série televisiva, devem dispor de um suporte teórico robusto, formado a partir de uma bibliografia selecionada pelo professor e complementado por contribuições dos próprios alunos. O grupo revela-se o espaço ideal para que os alunos compartilhem, entre si, textos relevantes para o andamento da disciplina e para elevar o nível das discussões.

Esse compartilhamento de material, encontrado a partir de pesquisas dos alunos em ferramentas da internet – como *Google*, *Google Acadêmico*, *Research Gate*, *YouTube* e até o catálogo de teses e dissertações da CAPES –, deve ser uma exigência da disciplina. Dessa forma, é possível desenvolver habilidades de letramento digital junto aos alunos, em especial a leitura de múltiplas fontes.

Outra possibilidade de uso do *Facebook* nesta proposta é a criação de uma página da disciplina nessa rede social. Isso consolida a imagem do grupo, dando a ideia de continuidade de suas atividades, e permite a divulgação da própria disciplina e dos conteúdos produzidos, em especial dos produtos finais confeccionados pelos alunos.

Acerca de experiências prévias com o *Facebook* como ambiente virtual de aprendizagem, recorre-se ao relato de Grassi (2015), que elenca algumas das vantagens dessa rede social e afirma que, em todas as suas turmas, pede a um dos alunos que crie um grupo no *Facebook*, adicionando a professora e os colegas. Daí em diante, ocorre o compartilhamento de materiais e a marcação de colegas nas publicações, no âmbito do grupo.

Por sua vez, Mahlmeister e Mattar (2016) analisam de que formas o *Facebook* pode completar ou substituir o uso de ambientes de aprendizagem tradicionais, concluindo que o uso dessa rede social como ambiente de aprendizagem é bem aceito pelos discentes, especialmente para as interações aluno-professor e aluno-conteúdo, mas que eles ainda preferem realizar as interações com conteúdo nos AVAs tradicionais.

Outros autores apresentam pesquisas acerca do uso do *Facebook* nas aulas de línguas (VALLADARES; MURTA, 2012), em especial da língua inglesa, seja para alunos ingressantes do curso de Letras (SILVA, 2013), seja para alunos do ensino básico (FETTERMANN, 2014). Esses estudos indicam a potencialidade da utilização dos recursos do *Facebook*, como a criação de um grupo, conforme sugerido na presente proposta.

5 IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA

De acordo com este projeto, pretendemos oferecer uma disciplina presencial, visando à promoção de discussões de temas relacionados ao contexto jurídico, a partir da exibição dos episódios de uma série televisiva. Entende-se que não é necessário pré-requisito para uma disciplina dessa natureza, o que permite sua oferta a todos os alunos, de qualquer turma, da graduação em Direito. A disciplina proposta é classificada como eletiva, cuja carga horária é de 30 horas semestrais, divididas em 15 encontros.

5.1 SELEÇÃO DO MATERIAL

Primeiramente, é necessário **escolher uma série televisiva**, que será o material que desencadeará as discussões.

Cabe ao professor, desde a elaboração do plano de curso, **indicar leituras básicas** correspondentes aos episódios que serão analisados naquele semestre. Todavia, deve haver espaço para a incorporação de outros materiais de ensino, indicados pelos próprios alunos, a partir de pesquisas em múltiplas fontes.

5.2 ESTRUTURA DAS AULAS

A cada encontro da turma, deverá ser **exibido um episódio** da série escolhida, seguido pela **discussão** dos temas envolvidos, previamente definidos pelo professor (o que pode contar com a participação dos alunos). Como cada episódio dura cerca de 40 minutos, restarão aproximadamente 50 minutos para a aula dialogada.

Para evitar a abstenção dos estudantes nos debates e estimular seu protagonismo no curso, cada aula deve ficar sob a **responsabilidade de determinado grupo de alunos**. Estes alunos atuarão como "relatores", devendo comandar as discussões, relacionando o episódio visto às leituras previamente indicadas e ao material identificado por meio das pesquisas feitas no curso da disciplina, convidando,

também, seus pares a participar da conversa.

A divisão de grupos deve acontecer logo na aula inaugural, durante a apresentação da proposta aos estudantes. Além de atribuir a cada grupo um episódio e as respectivas leituras básicas, o professor deve solicitar que esses alunos complementem a bibliografia da unidade, pesquisando na *internet* textos científicos que se adequem ao tema. Esse material deve ser compartilhado com os colegas, para ser debatido no respectivo encontro.

Dessa forma, a primeira aula da disciplina deve ser utilizada para: 1) apresentação da proposta e da série pelo professor; 2) atribuição de episódios e indicação de temas para cada grupo de alunos; 3) criação de grupo no *Facebook*, restrito aos alunos matriculados na disciplina, com acesso pela conta pessoal na rede social.

5.3 PRODUTOS DA DISCIPLINA E AVALIAÇÃO

Com base na Pedagogia de Projetos, a disciplina deve culminar com a elaboração de um produto final. De acordo com Valente (1999, p. 40), o produto deve ser palpável e de interesse pessoal dos alunos. Assim, deve ser concedida autonomia para que os alunos produzam algo que lhes seja relevante, de acordo com seus objetivos acadêmicos e habilidades.

Ressalta-se, porém, que esse produto deve ser construído ao longo de todo o semestre, com a participação do professor, orientando sua confecção. Em razão disso, algumas aulas devem ser reservadas para a orientação individual dos projetos, permitindo que o professor acompanhe seu desenvolvimento. É interessante, também, promover momentos de socialização dos projetos em andamento, com toda a turma, para que os colegas possam trocar contribuições entre si.

Nesta proposta, espera-se a elaboração de **dois produtos finais**: um voltado à comunidade científica da área do Direito e outro dirigido a um público mais amplo, incluindo-se a sociedade leiga, não acostumada com os institutos e as instituições jurídicos.

Quanto à **produção científica**, são produtos admissíveis: um artigo, com vistas a publicação em periódico ou apresentação em evento científico; um ensaio, a ser compartilhado nas redes sociais da instituição; um artigo de opinião, para ser enviado a um jornal local; ou até mesmo um projeto de TCC, a ser desenvolvido no semestre seguinte, sobre um dos temas abordados. A definição a respeito desse produto deve ser acordada entre professor e aluno, de modo que seja relevante para o aluno e, também, adequada aos objetivos da disciplina e ao momento acadêmico do aluno.

Qualquer que seja o tipo de texto selecionado, o professor deve estipular datas para que os alunos entreguem as versões parciais do texto, para que possa orientar a produção. Sugerem-se duas orientações (por volta do 5º e do 10º encontro), antes da entrega da versão final, no último encontro.

Já o produto direcionado à comunidade em geral consistirá em uma revista digital, confeccionada na plataforma *Joomag*, composta por resenhas dos episódios, redigidas pelos alunos. Nesses textos, os estudantes devem explorar a multimodalidade e a interatividade, incluindo imagens, hiperlinks, vídeos e áudios, de acordo com suas preferências. Desde o início do curso, deve ser apresentada a plataforma, com a exibição de suas funcionalidades e seus tutoriais. Os estudantes devem ser convidados a explorar as opções e chegarem a um consenso sobre o *layout* a ser utilizado na publicação do grupo.

Posteriormente, cada grupo incumbido da relatoria de determinado episódio deve apresentar sua respectiva resenha em uma única data, agendada pelo professor desde o início do curso. O professor deve corrigir esse material e fornecer *feedback* aos alunos, permitindo alterações até o encontro final, ocasião em que a versão definitiva deve ser entregue, no formato PDF. Caberá ao professor efetuar a última avaliação, com atribuição de nota, e reunir os arquivos em PDF em uma só revista digital na plataforma *Joomag*.

5.4 UTILIZAÇÃO DO AMBIENTE VIRTUAL

Por sua vez, o grupo no *Facebook* deve ser utilizado durante todo o desenvolvimento da disciplina, como ambiente virtual de aprendizagem, propiciando interações, discussões e compartilhamento de conteúdos.

Ao final do projeto, o *Facebook* também deve ser usado para divulgação dos produtos finais elaborados pelos alunos. Para tanto, o professor deve, com anuência da instituição de ensino, criar uma página. Sugere-se a criação de um núcleo permanente, que explore as relações entre Direito e Mídia, de modo que haja continuidade em suas atividades. Assim, a página deve divulgar a revista produzida e, em intervalos regulares, lançar postagens sobre cada resenha da revista, de modo que haja a efetiva socialização do conteúdo.

6 AVALIAÇÃO

A disciplina proposta contará com avaliações qualitativas, ao longo dos encontros, e avaliações quantitativas, em relação às atividades e aos produtos finais exigidos. Dessa forma, serão atribuídas notas às seguintes atividades:

- Produção de texto científico;
- Elaboração de resenha, para o público leigo;
- Relatoria de debate;
- Participação na disciplina.

Quanto aos produtos finais – texto científico e resenha destinada à revista digital –, cabe ao professor orientar efetivamente sua elaboração durante o curso, propondo ajustes e correções. Recomenda-se que sejam reservados dois encontros ao longo do semestre para essas orientações – que consistirão em momentos de avaliação formativa. No entanto, apenas a versão final de cada texto deve ser avaliada com notas/conceitos, compondo a avaliação somativa.

Para a avaliação somativa, propomos as seguintes rubricas:

PRODUÇÃO DE TEXTO CIENTÍFICO			
	Satisfatório	Suficiente	Insuficiente
Adequação do tipo de texto escolhido	O tipo de texto escolhido é compatível com o nível de desenvolvimento acadêmico do aluno.	O tipo de texto escolhido está dentro das possibilidades do aluno, mas poderia ter escolhido um tipo mais avançado.	O tipo de texto escolhido não corresponde a um texto científico ou ao nível acadêmico do aluno.
Apresentação (normas de formatação)	O texto observa as normas de formatação da instituição.	O texto observa as normas de formatação da instituição, com alguns erros.	O texto não segue o padrão de formatação da instituição.
Escolha de questão controversa	O tema escolhido pelo aluno é uma questão controversa relevante, com potencial inovador.	O tema escolhido pelo aluno é um assunto trivial, já explorado de forma recorrente.	O tema escolhido é uma questão irrelevante, sem potencial para problematização.
Enfrentamento do problema com suporte teórico	O aluno enfrenta o problema com suporte teórico robusto, com múltiplas fontes.	O aluno enfrenta o tema com poucas obras e/ou bibliografias básicas.	O aluno não utiliza referências teóricas adequadas para discutir o tema.
Instrumentos de linguagem	O texto é bem escrito, observando a norma-padrão de linguagem.	O texto contém poucos desvios da norma-padrão de linguagem.	O texto contém muitos desvios da norma-padrão de linguagem.

ELABORAÇÃO DE RESENHA			
	Satisfatório	Suficiente	Insuficiente
Apresentação visual	O texto foi padronizado e diagramado.	O texto apresenta poucos desvios de formatação e/ou diagramação.	O texto não foi formatado e/ou diagramado.
Síntese do episódio-fonte	O texto resume o episódio de forma adequada, destacando os detalhes relevantes.	O texto resume o conteúdo do episódio superficialmente.	Não é possível compreender o conteúdo do episódio por meio do texto apresentado.
Relações entre o episódio e temas jurídicos	O aluno trabalha as relações entre o conteúdo do episódio e temas jurídicos, fazendo conexões realistas.	O aluno apresenta relações superficiais ou vagas entre os fatos retratados no episódio e os institutos jurídicos.	O aluno não é capaz de relacionar os temas do episódio com o Direito.
Multimodalidade	O aluno faz uso adequado dos recursos de multimodalidade, balanceando o texto com outros recursos audiovisuais.	O aluno faz uso pontual ou excessivo dos recursos de multimodalidade.	O aluno não faz uso da multimodalidade, empregando apenas elementos verbais no texto.
Hipertextualidade	O texto contém vários <i>hiperlinks</i> , redirecionando o leitor a múltiplos textos.	O texto contém alguns <i>hiperlinks</i> , mas poderia haver mais <i>links</i> .	O texto não contém <i>hiperlinks</i> ou os <i>links</i> não funcionam.
Uso adequado da linguagem	O texto é bem escrito, observando a norma-padrão de linguagem, e é acessível ao público leigo.	O texto contém poucos desvios da norma-padrão de linguagem e/ou poucos jargões jurídicos.	O texto contém muitos desvios da norma-padrão de linguagem e/ou é incompreensível para o cidadão leigo.

RELATORIA DO DEBATE			
	Satisfatório	Suficiente	Insuficiente
Relações entre o episódio e a bibliografia indicada	O grupo explorou a fundo a bibliografia indicada, relacionando o conteúdo do episódio a elementos dos textos.	O grupo fez relações pontuais dos temas retratados com os textos indicados pelo professor.	O grupo não apresentou as conexões do episódio com a teoria contida nos textos indicados.
Indicação prévia de bibliografia complementar	O grupo selecionou e compartilhou com a turma textos relevantes.	O grupo selecionou e compartilhou textos superficiais ou com pouca relação com o conteúdo trabalhado.	O grupo não forneceu bibliografia complementar para a turma.
Domínio sobre a bibliografia complementar	O grupo demonstrou propriedade ao debater os textos selecionados, relacionando ao episódio e aos textos indicados pelo professor.	O grupo utilizou os textos selecionados de forma superficial, com dificuldade para relacionar ao episódio e aos textos indicados.	O grupo não demonstrou domínio sobre os textos selecionados e/ou não identificou as relações com o episódio e os textos indicados.
Postura na apresentação	O grupo utilizou linguagem clara e postura profissional, e estimulou a participação da turma.	O grupo teve muitas dificuldades na apresentação, mas conseguiu expor o conteúdo.	O grupo não foi claro nas falas e/ou não foi profissional e/ou não deu abertura ao diálogo.

PARTICIPAÇÃO NAS DISCUSSÕES			
	Satisfatório	Suficiente	Insuficiente
Participação nos debates presenciais	O aluno participou de todos ou quase todos os debates, com intervenções relevantes.	O aluno fez algumas intervenções relevantes nos debates.	O aluno não participou e/ou não contribuiu com os debates.
Participação nas discussões em ambiente virtual	O aluno participou ativamente de todas ou quase todas as discussões no ambiente virtual.	O aluno fez algumas manifestações relevantes nas discussões no ambiente virtual.	O aluno não se manifestou e/ou não contribuiu com as discussões no ambiente virtual.

Recomenda-se a atribuição da integralidade da pontuação quando o aluno obtiver o conceito "Satisfatório"; a nota média para aprovação quando obtiver o conceito "Suficiente"; e nota zero quando o conceito for "Insuficiente".

A avaliação é essencial para garantir a participação ativa dos alunos na disciplina, bem como seu engajamento nas atividades. Nesse sentido, é preciso ter atenção para equilibrar a pontuação das atividades, para que uma delas não seja desprezada, caso seja possível obter aprovação na disciplina sem realizá-la. Outro cuidado fundamental é atribuir pontuação proporcional ao esforço demandado em cada atividade, para que o aluno não seja desestimulado pela baixa recompensa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, I. et al. *When science becomes interactive: a collaborative project in a teaching-learning network*. **Proceedings of INTED2017 Conference**. Valencia, p. 4761-4765, abr. 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/45213>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

AMARAL, M. R. **O valor do Netflix para o consumidor brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/17722>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

ANDRADE, V. S. R. **Linguagem jurídica: um estudo do discurso forense**. Curitiba: CRV, 2014.

BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G.; BARBOSA, A. F. **Inclusão das tecnologias de informação e comunicação na educação através de projetos**. In: Congresso Anual de Tecnologia da Informação – CATI. São Paulo, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/D9hz5h>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

FETTERMANN, J. V. A rede social *Facebook* como extensão da sala de aula de língua inglesa. **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**, v. 3, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/viewFile/5784/5080>. Acesso em: 16 nov. 2017.

FRIEDMAN, L. M. *Law, lawyers, and popular culture*. **The Yale Law Journal**. New Haven, v. 98, n. 8, p. 1579–1606, jun. 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/796606>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

GHIRARDI, J. G. **Ainda precisamos da sala de aula?: inovação tecnológica, metodologias de ensino e desenho institucional nas faculdades de Direito**. São Paulo: FGV Direito SP, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/nisVG7>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

GÓMEZ, M. A. No limite: a representação do direito e da ordem social não oficiais na série de televisão *Breaking Bad*. In: FORTES, P. R. (Org.). **Direito, cultura pop e cultura clássica**. Rio de Janeiro: Direito Rio, 2015, p. 243-252. (Coleção Cadernos FGV Direito Rio, v. 12). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/15740>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GRASSI, D. **Ambientes virtuais de aprendizagem** (vídeo). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iNRJBCQ5QU8>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

GRUPO NOVA LONDRES. *A pedagogy of multiliteracies: designing social futures*. **Harvard Educational Review**, v. 66, n. 1, Spring 1996, p. 60-92. Disponível em: <<http://www.dmacinstitute.com/wp-content/uploads/2015/03/new-london-group-pedagogy-multiliteracies.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

LEFFA, V. J. Nem tudo que balança cai: objetos de aprendizagem no ensino de línguas. **Polifonia**. Cuiabá, v. 12, n. 2, 2006, p. 15-45.

MACHADO, M. A. **Bússola magazine**: a revista do viajante brasileiro em tempos de crise econômica. Monografia (Graduação em Comunicação – Jornalismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/17722>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MAHLMEISTER, L.; MATTAR, J. *Facebook e ambientes virtuais de aprendizagem: análise da interação na educação a distância*. In: CIAED - Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 2016, Águas de Lindoia. **Anais do CIAED**. São Paulo: ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância, 2016. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2016/trabalhos/29.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

PRADO, M. E. B. B. **Pedagogia de Projetos**. Série Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias – Programa Salto para o Futuro. Set. 2003.

OLIVEIRA, A. M.; BASTOS, R. A. S. M. Gênero e imagem: reprodução do estereótipo donzelesco a partir da personagem Sansa Stark, da série Guerra dos Tronos. In: ROSAS, M. F. E.; GONZALEZ, E. P.; LUNELLI, I. C. (Orgs). **Conhecimento, iconografia e ensino do direito**. Coleção Imagens da Justiça, v. 2. São Leopoldo: Casa Leiria, 2016.

RABITSCH, T. **Digitalisation and its influences on literacy**. Bachelor thesis (Bachelor of Science in Digital Culture). Blekinge Institute of Technology, Karlskrona, Suécia, 2014. Disponível em: <<http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:830744/FULLTEXT01.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: _____; MOURA, Eduardo (Orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 11-31.

_____. **Entrevista Multiletramentos, multilinguagens, novas aprendizagens**. 15 out. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/H0fC9R>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

SILVA, S. P. Facebook como ambiente virtual de aprendizagem de língua inglesa no ensino superior. **Revista EducaOnline**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.latec.ufrj.br/revistas/index.php?journal=educaonline&page=article&op=view&path%5B%5D=448>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

VALADARES, M. G. P. F.; MURTA, C. O *Facebook* como ambiente virtual de aprendizagem: liberdade e reapropriação no contexto educacional. **Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre**, v. 2, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueads/article/view/3655/3732>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

VALENTE, J. A. Mudanças na sociedade, mudanças na Educação: o fazer e o compreender. In: _____ (Org.). **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: UNICAMP-NIED, 1999. Disponível em: <<https://goo.gl/K5pR1u>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

VILLEZ, B. **Television and the legal system**. Nova Iorque: Routledge, 2010.

WILEY, D. A. *Connecting learning objects to instructional design theory: a definition, a metaphor, and a taxonomy*. In: _____ (Ed.). **The instructional use of learning objects** [online version]. 2000. Disponível em: <<http://reusability.org/read/chapters/wiley.doc>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

APÊNDICE A – MANUAL DO PROFESSOR

Professor, esta proposta é montar uma disciplina presencial, utilizando episódios de uma série de televisão, disponíveis na *Netflix*, como objeto de aprendizagem.

A disciplina é voltada para alunos de qualquer período do curso de Direito, sendo possível, também, a participação de público externo.

Nos encontros, a turma discutirá temas atuais e relevantes para o estudante do curso de Direito, a partir do episódio exibido em cada aula.

Cada episódio deve ser atribuído a um determinado grupo de alunos, que ficará responsável por conduzir as discussões daquele encontro, além de pesquisar na *internet* e indicar, previamente, textos correlatos para os colegas.

Dessa forma, pretende-se desenvolver o protagonismo dos alunos, além de habilidades de letramento digital, como a leitura de múltiplas fontes e a seleção de conteúdo digital.

Ao final, os alunos produzirão dois textos digitais:

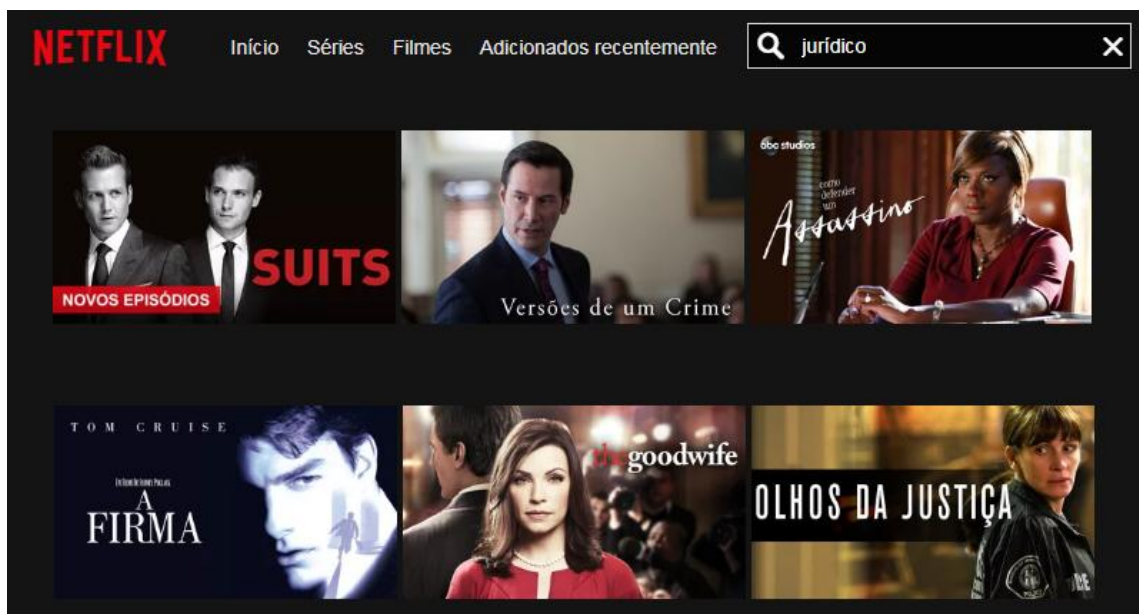
- Uma resenha sobre o episódio que lhes foi atribuído, indicando as conexões da obra de ficção com a realidade jurídica. As resenhas integrarão uma revista digital, destinada à comunidade não-acadêmica, que será compartilhada nos *sites* de redes sociais.
- Um texto científico, compatível com o nível de desenvolvimento acadêmico dos alunos, discutindo alguma questão suscitada pela série televisiva trabalhada no curso.

A seguir, as orientações para implementação da atividade:

1. Escolhendo a série de TV a ser utilizada no curso

Sugerimos que você utilize um seriado disponível na *Netflix*, em razão da facilidade de acesso. Para utilizar a plataforma, é preciso acessar www.netflix.com e criar uma conta, usando um e-mail. Além disso, a assinatura é paga.

A navegação, por sua vez, é intuitiva. Você pode buscar por títulos específicos ou por palavras-chave, como no exemplo:



Resultados da busca pela palavra-chave "jurídico".

É importante levar em consideração fatores como:

- a quantidade de episódios por temporada, para se adequar à quantidade de encontros;
- a duração de cada episódio, para que seja compatível com a duração das aulas;
- a potencial de exploração de temas jurídicos em cada episódio.

2. Montando o plano de curso

Selecionada a série, você deve montar o programa da disciplina. Para tanto, recomendamos a seguinte tabela:

	Tema	Episódio	Responsáveis	Bibliografia
1	Apresentação do curso	–	Professor	
2		T1:E1		
3		T1:E2		
4	Orientações – resenha	–	Professor	
5		T1:E3		
6		T1:E4		
7	Orientações – artigo	–	Professor	
8		T1:E5		
9		T1:E6		
10	Orientações – resenha	–	Professor	
11		T1:E7		
12	Orientações – artigo	–	Professor	
13		T1:E8		
14	Orientações finais	–	Professor	
15	Encerramento do curso + entrega dos produtos finais	–	Professor	

Na primeira coluna, você deve preencher os temas previstos para cada encontro. Lembre-se de que deve haver flexibilidade de negociação dos temas com os alunos, além da possibilidade de surgirem novos temas a partir das discussões em sala.

Na segunda coluna, você deve indicar o episódio que será trabalhado em cada aula. Lembre-se de que algumas aulas devem ser reservadas para orientação dos produtos elaborados pelos alunos, nas quais não haverá exibição da série.

No exemplo acima, dos quinze encontros previstos, cinco foram reservados para orientações, além dos encontros de abertura e encerramento da disciplina. Restam, portanto, oito encontros para exibição da série, o que corresponde à primeira metade da temporada da série "*How To Get Away With Murder*" ("Como defender um assassino", que escolhemos utilizar como referência neste projeto).

Você tem autonomia para alterar a quantidade de orientações, assim como o momento em que se encaixam no plano de curso. No modelo apresentado, buscamos intercalar os encontros para orientações com a exibição de episódios, para garantir a continuidade do curso e estimular a assiduidade dos estudantes.

A terceira coluna deve ser preenchida no primeiro encontro, designando os alunos que ficarão incumbidos de comandar as discussões. A quantidade de alunos em cada grupo dependerá do tamanho da turma. Caso haja poucos alunos matriculados, podem ser formadas duplas, que ficarão responsáveis por dois episódios.

A quarta e última coluna é destinada à bibliografia básica. Para cada episódio, você deve indicar **um texto básico** que se relacione com o tema que será discutido.

Lembre-se de que os **alunos relatores também deverão indicar textos** para os colegas, a fim de oferecer múltiplas fontes de leitura. Portanto, cuidado para não sobrecarregar a turma com volume excessivo de leituras – o que pode reduzir o engajamento dos alunos.

O plano de curso proposto acima deve ser **flexível** e **dinâmico**. Ao longo do semestre, você deve acrescentar as alterações que foram efetivamente realizadas, para fins de registro. Assim, os novos temas que surgirem nas discussões e os textos sugeridos pelos alunos devem compor a versão final da tabela.

3. Iniciando o curso

Na primeira aula, você deve apresentar a proposta para a turma. **Entregue uma cópia do plano de curso para cada aluno** e dê uma visão geral sobre a série.

Informe aos alunos sobre a **dinâmica das aulas**:

- No início, será exibido um episódio, de aproximadamente 40 minutos de duração.
- Em seguida, ocorrerá a discussão do(s) tema(s) designados, com base em textos científicos.
- Cada episódio ficará sob a responsabilidade de um grupo de alunos que, na semana anterior, recomendará a bibliografia para os colegas e, na respectiva aula, conduzirá os debates sobre o tema, com apoio no material indicado.

Ao final do primeiro encontro, você e os alunos devem ter preenchido o plano de curso, indicando os alunos responsáveis por cada episódio.

Além disso, é essencial apresentar aos alunos os **objetos de avaliação**, com os respectivos pesos:

- Produção de texto científico (sugestão: 30% da nota).
- Elaboração de resenha, para o público não acadêmico (sugestão: 25% da nota).
- Relatoria de debate (sugestão: 25% da nota).
- Participação na disciplina (sugestão: 20% da nota).

É preciso ter atenção para equilibrar a pontuação das atividades, para que uma delas não seja desprezada, caso seja possível obter aprovação na disciplina sem realizá-la. Outro cuidado fundamental é atribuir pontuação proporcional ao esforço demandado em cada atividade, para que o aluno não seja desestimulado pela baixa recompensa.

Na página seguinte, encontra-se uma proposta de rubricas, a serem entregues aos alunos na primeira aula, para que conheçam previamente os critérios de avaliação.

PRODUÇÃO DE TEXTO CIENTÍFICO			
	Satisfatório	Suficiente	Insuficiente
Adequação do tipo de texto escolhido	O tipo de texto escolhido é compatível com o nível de desenvolvimento acadêmico do aluno.	O tipo de texto escolhido está dentro das possibilidades do aluno, mas poderia ter escolhido um tipo mais avançado.	O tipo de texto escolhido não corresponde a um texto científico ou ao nível acadêmico do aluno.
Apresentação (normas de formatação)	O texto observa as normas de formatação da instituição.	O texto observa as normas de formatação da instituição, com alguns erros.	O texto não segue o padrão de formatação da instituição.
Escolha de questão controversa	O tema escolhido pelo aluno é uma questão controversa relevante, com potencial inovador.	O tema escolhido pelo aluno é um assunto trivial, já explorado de forma recorrente.	O tema escolhido é uma questão irrelevante, sem potencial para problematização.
Enfrentamento do problema com suporte teórico	O aluno enfrenta o problema com suporte teórico robusto, com múltiplas fontes.	O aluno enfrenta o tema com poucas obras e/ou bibliografias básicas.	O aluno não utiliza referências teóricas adequadas para discutir o tema.
Instrumentos de linguagem	O texto é bem escrito, observando a norma-padrão de linguagem.	O texto contém poucos desvios da norma-padrão de linguagem.	O texto contém muitos desvios da norma-padrão de linguagem.

ELABORAÇÃO DE RESENHA			
	Satisfatório	Suficiente	Insuficiente
Apresentação visual	O texto foi padronizado e diagramado.	O texto apresenta poucos desvios de formatação e/ou diagramação.	O texto não foi formatado e/ou diagramado.
Síntese do episódio-fonte	O texto resume o episódio de forma adequada, destacando os detalhes relevantes.	O texto resume o conteúdo do episódio superficialmente.	Não é possível compreender o conteúdo do episódio por meio do texto apresentado.
Relações entre o episódio e temas jurídicos	O aluno trabalha as relações entre o conteúdo do episódio e temas jurídicos, fazendo conexões realistas.	O aluno apresenta relações superficiais ou vagas entre os fatos retratados no episódio e os institutos jurídicos.	O aluno não é capaz de relacionar os temas do episódio com o Direito.
Multimodalidade	O aluno faz uso adequado dos recursos de multimodalidade, balanceando o texto com outros recursos audiovisuais.	O aluno faz uso pontual ou excessivo dos recursos de multimodalidade.	O aluno não faz uso da multimodalidade, empregando apenas elementos verbais no texto.
Hipertextualidade	O texto contém vários <i>hiperlinks</i> , redirecionando o leitor a múltiplos textos.	O texto contém alguns <i>hiperlinks</i> , mas poderia haver mais <i>links</i> .	O texto não contém <i>hiperlinks</i> ou os <i>links</i> não funcionam.
Uso adequado da linguagem	O texto é bem escrito, observando a norma-padrão de linguagem, e é acessível ao público leigo.	O texto contém poucos desvios da norma-padrão de linguagem e/ou poucos jargões jurídicos.	O texto contém muitos desvios da norma-padrão de linguagem e/ou é incompreensível para o cidadão leigo.

RELATORIA DO DEBATE			
	Satisfatório	Suficiente	Insuficiente
Relações entre o episódio e a bibliografia indicada	O grupo explorou a fundo a bibliografia indicada, relacionando o conteúdo do episódio a elementos dos textos.	O grupo fez relações pontuais dos temas retratados com os textos indicados pelo professor.	O grupo não apresentou as conexões do episódio com a teoria contida nos textos indicados.
Indicação prévia de bibliografia complementar	O grupo selecionou e compartilhou com a turma textos relevantes.	O grupo selecionou e compartilhou textos superficiais ou com pouca relação com o conteúdo trabalhado.	O grupo não forneceu bibliografia complementar para a turma.
Domínio sobre a bibliografia complementar	O grupo demonstrou propriedade ao debater os textos selecionados, relacionando ao episódio e aos textos indicados pelo professor.	O grupo utilizou os textos selecionados de forma superficial, com dificuldade para relacionar ao episódio e aos textos indicados.	O grupo não demonstrou domínio sobre os textos selecionados e/ou não identificou as relações com o episódio e os textos indicados.
Postura na apresentação	O grupo utilizou linguagem clara e postura profissional, e estimulou a participação da turma.	O grupo teve muitas dificuldades na apresentação, mas conseguiu expor o conteúdo.	O grupo não foi claro nas falas e/ou não foi profissional e/ou não deu abertura ao diálogo.

PARTICIPAÇÃO NAS DISCUSSÕES			
	Satisfatório	Suficiente	Insuficiente
Participação nos debates presenciais	O aluno participou de todos ou quase todos os debates, com intervenções relevantes.	O aluno fez algumas intervenções relevantes nos debates.	O aluno não participou e/ou não contribuiu com os debates.
Participação nas discussões em ambiente virtual	O aluno participou ativamente de todas ou quase todas as discussões no ambiente virtual.	O aluno fez algumas manifestações relevantes nas discussões no ambiente virtual.	O aluno não se manifestou e/ou não contribuiu com as discussões no ambiente virtual.

A avaliação é essencial para garantir a participação ativa dos alunos na disciplina, bem como seu engajamento nas atividades. Recomenda-se a atribuição da integralidade da pontuação quando o aluno obtiver o conceito "Satisfatório"; a nota média para aprovação quando obtiver o conceito "Suficiente"; e nota zero quando o conceito for "Insuficiente".

Você deve informar aos alunos que apenas o produto final, a ser entregue no último encontro, será avaliado por nota. No entanto, é importante avisar que haverá uma avaliação formativa, por meio de encontros específicos para orientação individual sobre a elaboração dos produtos finais, conforme o cronograma.

4. Montando um ambiente virtual de aprendizagem

Além dos encontros presenciais, esta proposta prevê a comunicação virtual, por meio de um ambiente virtual de aprendizagem.

Sugerimos o *Facebook*, em razão da simplicidade de uso e navegação, tendo em vista que muitos alunos e professores já são usuários desse *site*, estando habituados a suas funcionalidades⁵.

Dessa forma, é provável que você e muitos de seus alunos já tenham uma conta no *Facebook*, que poderá ser aproveitada nesta atividade. Caso alguém não possua, basta acessar <https://www.facebook.com/> e inserir seus dados (nome, e-mail, data de nascimento e sexo) para criar uma conta.

Você deve **criar um grupo** para a disciplina, a fim de reunir os participantes matriculados, que provavelmente farão parte de turmas diversas – talvez até alguns sejam público externo. Para isso, basta acessar o link <https://www.facebook.com/groups/> e clicar em “Criar grupo”. Os passos para a criação do grupo são auto-explicativos, como se vê:



⁵ No entanto, a escolha do ambiente virtual mais adequado fica a seu critério. Você pode optar por outro recurso, como o [Google Sala de Aula](#).

Assim, basta escolher um nome para o grupo, incluir os membros (por meio de suas contas no *Facebook* ou por *e-mail*) e definir as configurações de privacidade, de modo que o grupo seja público, fechado ou secreto, como exposto na figura acima.

Recomendamos que o grupo seja fechado, de forma que outros usuários possam encontrá-lo e, assim, tomar conhecimento da proposta, mas sem a possibilidade de ingressar no grupo sem autorização e ler os conteúdos compartilhados.

Uma vez criado o grupo, ele deve ser utilizado durante toda a disciplina, para o compartilhamento de textos científicos e notícias afetas ao tema em discussão, além de ser usado para promover interações entre os membros e o engajamento da turma. É possível, também, antecipar ou prolongar as discussões nesse espaço.

Para cada episódio, os alunos responsáveis devem **compartilhar o material bibliográfico** selecionado nesse grupo, para que os colegas tenham fácil acesso.

Cabe a você, professor, **estimular as interações** no grupo!

Faça publicações com certa regularidade – uma vez por semana, pelo menos.

A ferramenta de comentários em cada publicação permite a realização de discussões virtuais. A **participação nessas discussões** pode ser avaliada.

5. Produzindo uma revista eletrônica

Um dos produtos finais elaborados neste curso será uma revista eletrônica. Para isso, sugerimos a plataforma *Joomag*, que permite a criação de publicações digitais personalizadas. Esse recurso é gratuito e conta com diversos modelos de revista, catálogo, folheto, portfólio, dentre outros, que podem ser editados pelos usuários. Além disso, o *site* da *Joomag* hospeda as publicações, permitindo a divulgação e o compartilhamento do material produzido.

Para criar uma conta, basta acessar https://www.joomag.com/pt_BR/signup#start-registration e preencher os dados (e-mail e senha).

Para montar a revista, você pode partir de um modelo preexistente na plataforma ou fazer o *upload* das páginas – elaboradas com outras ferramentas⁶ – em PDF.

Ao longo do curso, você deve combinar com os alunos o formato das resenhas, para que a revista tenha certa uniformidade. Por outro lado, deve haver certa liberdade criativa para os estudantes. Você é responsável pelo equilíbrio!

Lembre-se de que a hipertextualidade e a multimodalidade são critérios a serem avaliados na resenha produzida. Além disso, este produto se destina à comunidade não acadêmica, devendo ser atrativo.

Para facilitar o uso da plataforma, a *Joomag* oferece inúmeros tutoriais, em vídeos disponíveis no [YouTube](#), a fim de auxiliar os usuários a manejar seus recursos.

Para começar, acesse a lição sobre a [criação de uma página de revista](#). Apesar de a narração ser feita em inglês, há legendas que podem ser traduzidas para português.

Outra opção é a Central de Ajuda, que ensina, por meio de textos, imagens e animações, a manusear os recursos oferecidos pela plataforma, como [editar os conteúdos de uma revista](#).

⁶ As páginas da revista podem ser produzidas no *Microsoft Word* ou com outros recursos mais avançados de design, como o [Canva](#).

Durante a disciplina, estão previstas duas orientações sobre as resenhas. Na primeira delas, você deve apresentar os recursos digitais aos alunos, demonstrando como produzir o material eletrônico.

Na segunda orientação, os alunos já devem levar a resenha parcialmente produzida, para que você proponha ajustes de forma e conteúdo.

Ao final do curso, você deve solicitar que os alunos entreguem as resenhas em PDF, que serão reunidas por você no *site Joomag* e compartilhada pelo *link* gerado.

6. Produzindo textos científicos

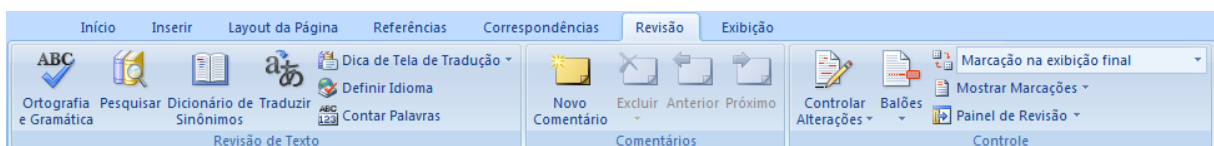
Além da resenha, os alunos deverão produzir textos científicos, compatíveis com seu nível de desenvolvimento acadêmico.

Dessa forma, alunos de períodos iniciais podem desenvolver artigos de opinião, destinados a jornais de notícias, enquanto alunos de períodos mais avançados podem redigir artigos para periódicos avaliados pelo sistema Qualis.

Outro fator a ser considerado é o aproveitamento do texto científico como outras atividades, requisitos do curso. Por exemplo, o texto produzido pode ser utilizado para cumprir a disciplina de artigo científico, ou pode ser apresentado como artigo do Grupo de Pesquisa, ou pode substituir o Trabalho de Conclusão de Curso. Isso dependerá do período em que o aluno se encontra e das regras da instituição de ensino.

Em todo caso, você deve ajudar o aluno a decidir qual é o tipo de texto científico mais adequado para ele, naquele momento.

À medida que os alunos forem redigindo seus respectivos textos, devem submetê-lo a você, para que possa dar *feedback*, utilizando as ferramentas "Comentário" ou "Controlar Alterações", disponíveis na guia "Revisão", do *Microsoft Word*.



A ferramenta "Comentários" permite acrescentar caixas de texto vinculadas a determinados pontos do texto. Já a opção "Controlar Alterações" registra as alterações feitas no texto (acréscimos e supressões), permitindo que outro usuário aceite ou rejeite cada uma delas.

No plano de curso, estão previstas orientações em sala de aula. Nessas ocasiões, os estudantes devem levar os textos para sanar as dúvidas e discutir ideias com você.

Ao final do curso, na data do último encontro, os alunos devem submeter a versão final dos textos científicos a você, para avaliação por nota, com base nos critérios predefinidos, desde o início da disciplina.

Após suas correções, considere submeter os textos a jornais e periódicos, visando a publicações que possam enriquecer o Currículo Lattes dos acadêmicos.

7. Divulgando os produtos finais da disciplina


Para divulgar os materiais produzidos pelos alunos nesta disciplina, propomos a utilização de uma página no *Facebook*.

Para isso, você pode utilizar a própria página da Faculdade, que provavelmente terá um grande alcance junto à comunidade acadêmica.


Outra possibilidade é criar uma página própria, com anuência da instituição de ensino. Isso consolida a imagem do grupo, dando a ideia de continuidade de suas atividades, e permite a divulgação da própria disciplina e dos conteúdos produzidos, em especial dos produtos finais confeccionados pelos alunos.

Sugerimos a criação de um núcleo permanente, que explore as relações entre "Direito e Mídia" ou "Direito e Ficção", de modo que haja continuidade em suas atividades. A ideia é não vincular a página a uma única disciplina, oferecida pontualmente em um semestre, o que limitaria o conteúdo.

Para criar a página no *Facebook*, basta acessar <https://www.facebook.com/pages/create/> e seguir os passos indicados, criando uma página da disciplina, com propósito educacional. Nesse sentido, observe:

 **Criar uma Página**

Divulgue sua marca, negócio ou causa no Facebook e conecte-se com as pessoas mais relevantes para você.
A configuração é gratuita. Apenas escolha um tipo de Página para começar.



Negócio local ou lugar

Empresa, organização ou instituição
Junte-se aos seus apoiadores no Facebook.


Escolha uma categoria ▾

✓ Escolha uma categoria


- Agência de consultoria
- Agência de viagens
- Causa
- Ciência, tecnologia e engenharia

Educação


- Empresa aeroespacial
- Empresa de biotecnologia
- Empresa de carga e frete
- Empresa de distribuição de energia
- Empresa de informática
- Empresa de mídia/notícias
- Empresa de tabaco
- Empresa de telecomunicações
- Empresa de varejo
- Empresa de veículos automotores
- Empresa industrial
- Empresa química
- Ensino fundamental
- Ensino Fundamental II
- Ensino médio
- Escola
- Faculdade e universidade



Marca ou produto



Artista, banda ou figura pública



Causa ou comunidade

A criação e a manutenção da página são feitas de modo intuitivo.

A partir de então, a página deve ser utilizada para divulgar a revista produzida pelos alunos. Você deve compartilhar toda a revista de uma só vez e, em seguida, em intervalos regulares, lançar postagens sobre cada resenha da revista, de modo que haja a efetiva socialização do conteúdo.

Além disso, eventuais publicações dos textos científicos produzidos pelos estudantes em jornais ou periódicos também devem ser noticiadas na página.

Por fim, as atividades seguintes, relacionadas a "Direito e Mídia", "Direito e Arte" ou "Direito e Ficção" podem ser divulgadas nessa página, a fim de cativar novos alunos e, também, manter fiel o público já conquistado.